

De acordo com o projeto, em toda contratação de empresa especializada em som, iluminação, montagem para espetáculos, eventos e shows, que for realizada nos Centros Educacionais Unificados - CEUs, seja por pregão, licitação ou qualquer outra modalidade, deverá constar a obrigatoriedade da apresentação do Registro Profissional dos Técnicos correspondentes.

Nos termos da justificativa, tal medida é necessária a fim de resguardar a adequação do serviço, notadamente pelo prisma da segurança, já que a prestação dos referidos serviços envolve, dentre outros importantes aspectos, a manutenção preventiva de equipamentos eletroeletrônicos, caixas de som, refletores, desmontagens, montagens, inclusive fixação de equipamentos suspensos em altura com risco de queda.

Sob o aspecto jurídico, o projeto possui condições de prosseguir em sua tramitação, eis que apresentado no regular exercício da competência legislativa desta Casa, consoante será demonstrado.

Versa o projeto sobre serviços prestados no âmbito de estabelecimentos da rede municipal de educação, refletindo, portanto, nítido interesse local, de modo que se insere na competência do Município para legislar sobre tal matéria, nos termos preconizados pelo art. 30, I, da Constituição Federal e 13, I, da Lei Orgânica do Município.

Importante lembrar que desde a edição da Emenda à Lei Orgânica nº 28/06, não mais existe iniciativa reservada ao Prefeito em proposições relacionadas a serviços públicos, como, aliás, não poderia deixar de ser, eis que tal reserva não encontrava respaldo na Constituição Federal.

No que tange ao aspecto formal, a propositura encontra fundamento no artigo 37, caput, da Lei Orgânica Paulista, segundo o qual a iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos Cidadãos.

Cabe observar que as crianças e os adolescentes, público alvo dos CEUs, pertencem a uma classe de sujeitos especiais para os quais o ordenamento jurídico prevê tratamento prioritário e assegura uma série de direitos fundamentais, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Registre-se que nossa Lei Orgânica do Município trilhou o mesmo caminho, estabelecendo em seu art. 7º, parágrafo único que a criança e o adolescente são considerados prioridade absoluta do Município.

Verifica-se, destarte, que o projeto em análise revela perfeita sintonia com o ordenamento jurídico.

Para ser aprovado o projeto dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros desta Casa, nos termos do art. 40, § 3º, XII, do mesmo diploma legal.

Ante o exposto, somos pela LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 21/10/2020.

João Jorge (PSDB) - Presidente

Caio Miranda Carneiro (DEM)

Celso Jatene (PL)

Cláudio Fonseca (CIDADANIA)

George Hato (MDB) - Relator

Reis (PT)

Rinaldi Digilio (PSL)

Rute Costa (PSDB)

Sandra Tadeu (DEM)

PARECER Nº 1087/2020 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0055/2020.

Trata-se de projeto de decreto legislativo, de iniciativa da nobre Vereadora Sandra Tadeu, que visa conceder o Título de Cidadão Paulista ao Dr. Luiz Henrique Mandetta, e dá outras providências.

A propositura está subscrita pelo número regimental de Vereadores, conforme exigência do art. 348 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo.

A matéria está embasada no artigo 14, inciso XIX, da Lei Orgânica do Município, assim como no artigo 236, parágrafo único, inciso II, e 347 a 351, todos do Regimento Interno, devendo ser observado o quorum da maioria qualificada de 2/3 para a sua aprovação, nos termos do art. 40, § 5º, inciso IV, da Lei Orgânica.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 349 do Regimento Interno, somos, PELA LEGALIDADE.

Não obstante, sugerimos o Substitutivo a seguir, a fim de adaptar o texto às regras de técnica legislativa elencadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis:

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 0055/2020.

Concede a honraria Título de Cidadão Paulista ao Dr. Luiz Henrique Mandetta.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Paulista ao Dr. Luiz Henrique Mandetta.

Art. 2º A entrega da referida honraria se dará em Sessão Solene, previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo especialmente para esse fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, em 21/10/2020.

João Jorge (PSDB) - Presidente

Caio Miranda Carneiro (DEM) - Relator

Celso Jatene (PL)

Cláudio Fonseca (CIDADANIA)

George Hato (MDB)

Reis (PT)

Rinaldi Digilio (PSL) - Abstenção

Rute Costa (PSDB)

Sandra Tadeu (DEM)

SECRETARIA DA CÂMARA

MESA DA CÂMARA

PORTARIA 11468/20

EXONERANDO, a pedido, BRUNO ILLA BORIN, registro 231595, do cargo de Assessor Especial Legislativo, referência QPLCG-4, do 5º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 11469/20

EXONERANDO, a pedido, CAUE DA SILVA PEREIRA, registro 231596, do cargo de Assessor Especial Legislativo, referência QPLCG-4, do 5º Gabinete de Vereador.

PORTARIA 11470/20

NOMEANDO REGINALDO OLIVEIRA ALVES, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Especial de Apoio Parlamentar, referência QPLCG-2, no 52º Gabinete de Vereador.

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP-2

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

292ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2020, ÀS 15 HORAS.

I - PARTE - EXPEDIENTE

Apresentação de indicações e requerimentos; leitura de correspondência apresentada e de projetos; apresentação, discussão e votação de moções e requerimentos de audiência do Plenário.

PEQUENO EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): VEREADOR GILSON BARRETO (PSDB)

GRANDE EXPEDIENTE:

1º ORADOR(A): VEREADOR SENIVAL MOURA (PT)

II - PARTE - ORDEM DO DIA:

Ficam mantidos os itens da Pauta da 290ª Sessão Ordinária publicada no D.O.C. de 20 de outubro de 2020, e disponível no Portal da Câmara Municipal de São Paulo (www.saopaulo.sp.leg.br), conforme § 6º do art. 11 da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública).

286ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A SER REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2020, APÓS A SESSÃO ORDINÁRIA.

Ordem do dia:

1 - PL 583 /2020, DO EXECUTIVO

Denomina os Centros Educacionais Unificados – CEUS que especifica (com o intuito de homenagear personalidades negras de relevância nacional).

FASE DA DISCUSSÃO: 2º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

2 - PL 620 /2016, DO EXECUTIVO

Institui a Renda Básica de Cidadania – RBC e o Fundo Municipal da Renda Básica de Cidadania – FMRBC.

FASE DA DISCUSSÃO: 2º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

3 - PL 511 /2018, do Vereador JOSÉ POLICE NETO (PSD)

Institui a política municipal de incentivo ao teletrabalho na cidade de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

4 - PL 257 /2016, dos Vereadores JOSÉ POLICE NETO (PSD), TONINHO VESPOLI (PSOL)

"Cria o território de interesse da cultura e paisagem" Parque da Vila no distrito de Vila Madalena, subprefeitura de Pinheiros e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

5 - PL 178 /2020, do Vereador ZÉ TURIN (REPUBLICANOS)

Dispõe sobre publicidade dos contratos elaborados pelas sociedades de organização civil com a Secretaria Municipal de Educação, além de imóveis e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

6 - PL 274 /2015, do Vereador ATILIO FRANCISCO (REPUBLICANOS)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilizar no sítio oficial da internet da Cidade de São Paulo a localização de todas as vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e idosos, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVOS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7 - PL 379 /2015, do Vereador QUITO FORMIGA (PSDB)

Assegura às doadoras de leite humano o direito de pagamento de meia entrada, nas sessões de cinemas, voltadas para mães acompanhadas por seus bebês.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

8 - PL 501 /2016, do Vereador ARSELINO TATTO (PT)

Altera os arts. 1º e 3º da Lei 13.697 de 22 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a criação do Transporte Escolar Municipal Gratuito – Vai e Volta no Município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

9 - PL 535 /2016, da Vereadora JULIANA CARDOSO (PT)

Estabelece diretrizes para o programa Rede de Ouvidorias do SUS no Município de São Paulo.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

11 - PL 873 /2017, dos Vereadores RUTE COSTA (PSDB), RINALDI DIGILIO (PSL), NOEMI NONATO (PL)

Dispõe sobre o respeito dos serviços públicos municipais à dignidade especial de crianças e adolescentes – infância sem pornografia.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

12 - PL 39 /2018, do Vereador CAMILO CRISTÓFARO (PSB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de canteiros em casos de readequação geométrica, rotatórias, estreitamento de vias e casos similares, mantendo-se ou estabelecendo a permeabilidade do solo, ou seja, com a remoção do capeamento asfáltico original, expondo o solo antes da instalação, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

13 - PL 366 /2018, do Vereador EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT)

Cria o programa de prevenção de incêndios nas ocupações da cidade e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

14 - PL 576 /2018, do Vereador ADILSON AMADEU (DEMOCRATAS)

Declara o serviço de “táxi” como patrimônio cultural imaterial da cidade de São Paulo, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

15 - PL 520 /2020, dos Vereadores ANTONIO DONATO (PT), ISAC FELIX (PL), TONINHO VESPOLI (PL), ZÉ TURIN (REPUBLICANOS)

Dispõe sobre a concessão de auxílio emergencial aos condutores do transporte escolar privado e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

16 - PL 64 /2019, do Vereador RICARDO NUNES (PMDB)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de sistema de vigilância eletrônica por câmeras nas unidades educacionais da rede pública do município de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

17 - PL 178 /2019, do Vereador TONINHO VESPOLI (PSOL)

Inclui placas informativas com o número do disque denúncia e o endereço eletrônico da delegacia de proteção animal do estado de São Paulo, para denúncias de maus tratos aos animais, em abrigos, pontos de parada e terminais que integram o sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo e nas entradas dos cemitérios.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

18 - PL 455 /2019, do Vereador AURÉLIO NOMURA (PSDB)

Institui o programa repare a autoestima na rede pública de saúde do município de São Paulo

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

19 - PL 623 /2019, do Vereador JOSÉ POLICE NETO (PSD)

Institui a autoridade municipal de desenvolvimento do sistema de circulação de pedestres e cria o Programa SP + caminhável.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

20 - PL 173 /2020, do Vereador RODRIGO GOULART (PSD)

Cria incentivo à implantação de sala de apoio à amamentação em edificações de uso não residencial, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

21 - PL 386 /2020, da Vereadora ADRIANA RAMALHO (PSDB)

Altera o art. 17 da lei nº 13.861, de 29 de junho de 2004 para ampliar o período durante o qual fica assegurada a redução da carga horária das servidoras públicas municipais para aleitamento materno.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

22 - PL 410 /2020, dos Vereadores RINALDI DIGILIO (PSL), ISAC FELIX (PL), GILBERTO NASCIMENTO (PSC), ZÉ TURIN (REPUBLICANOS), RICARDO NUNES (MDB), NOEMI NONATO (PL) E OUTROS SRs. VEREADORES

Reconhece as atividades religiosas e locais de culto como serviços essenciais ao município de São Paulo antes, durante e após em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

23 - PL 434 /2020, do Vereador REIS (PT)

Institui o programa de gratuidade para municípios no transporte coletivo urbano na cidade de São Paulo e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

24 - PL 477 /2020, do Vereador SOUZA SANTOS (REPUBLICANOS)

Denomina praça Paola Pereira Lopes o espaço livre inominado situado no Jardim Nélia, distrito de Itaim Paulista, e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 2º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

25 - PL 536 /2020, do Vereador DANIEL ANNNENBERG (PSDB)

Dispõe sobre medidas de transparência ativa para a divulgação de informações e dados sobre os impactos econômicos e custos orçamentários associados aos deslocamentos realizados por modos de transporte motorizado no município.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

26 - PL 537 /2020, da Vereadora SANDRA TADEU (DEM)

Dispõe sobre a destinação de vagas nas unidades habitacionais da secretaria municipal de habitação às mulheres integrantes do programa tem saída.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

27 - PL 576 /2020, do Vereador GILBERTO NASCIMENTO (PSC)

Autoriza o poder executivo a oferecer matrículas de ensino médio nos centros integrados de educação de jovens e adultos - CIEJA, nas condições que especifica e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

28 - PL 446 /2020, do Vereador ELISEU GABRIEL (PSB)

Institui o "programa internet gratuita" aos alunos matriculados na rede municipal de ensino e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

29 - PL 459 /2020, do Vereador CAIO MIRANDA CARNEIRO (DEM)

Dispõe sobre o sistema municipal de recompensas e bonificações por resultado a denunciante que voluntariamente forneçam denúncias com informações originais que levem à elucidação de crimes, ilícitos administrativos ou quaisquer ações ou omissões lesivas ao interesse público que gerem ou sejam potenciais geradoras de prejuízos financeiros ao erário municipal e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA

29 - PL 459 /2020, do Vereador CAIO MIRANDA CARNEIRO (DEM)

Dispõe sobre o sistema municipal de recompensas e bonificações por resultado a denunciante que voluntariamente forneçam denúncias com informações originais que levem à elucidação de crimes, ilícitos administrativos ou quaisquer ações ou omissões lesivas ao interesse público que gerem ou sejam potenciais geradoras de prejuízos financeiros ao erário municipal e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º

APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.

30 - PL 504 /2020, do Vereador MARIO COVAS NETO (PODE)

Altera a lei 14.233/2006, para incluir a proibição de veiculação de anúncios de aplicativos de entrega nas bicicletas e motocicletas e dá outras providências.

FASE DA DISCUSSÃO: 1º